



## AMOR DE BAILE\*

### ENSAIO SOBRE O LUGAR DA VIRTUDE NO PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO DOS COSTUMES.

### BALL LOVE: ESSAY ON THE PLACE OF VIRTUE IN THE PROCESS OF HABITS CIVILIZING

Nancy Rita Sento Sé de ASSIS<sup>1</sup>

#### RESUMO:

Neste ensaio, apresentamos breves considerações sobre o significado e o lugar social da virtude no contexto das mudanças de comportamento social ocorridas na Bahia do século XIX, destacando os discursos produzidos pelas elites baianas sobre as ameaças dos bailes e da moda à virtude feminina.

**PALAVRAS-CHAVES:** virtude, honra, baile, moda, comportamento e civilização.

#### ABSTRACT:

This essay makes some brief considerations about the meaning and social role of virtue in the context of the changing social behavior occurring in Brazil in the nineteenth century. The discourse of Bahian elites is closely examined regarding the danger to female virtue caused by parties and fashion.

**KEYWORDS:** Virtue, honor, party, fashion, behavior and civilization.

Parece unânime entre os historiadores do oitocentos a opinião de que o século XIX foi um período de profundas mudanças para o Brasil. Do ponto de vista político, a independência do país, em 1822, foi, sem dúvida, a mais importante das transformações oitocentistas. Os processos de construção do Império e de constituição da nacionalidade brasileira, conseqüentes da emancipação política, também trouxeram no seu bojo significativas mudanças sociais, ocorridas nos níveis das relações públicas e privadas das elites político-econômicas das principais províncias do país. Nesse contexto, os homens e mulheres dos segmentos dominantes e intermediários da sociedade baiana iriam protagonizar um curioso processo de civilização dos costumes locais, ao longo do qual a incorporação de novos hábitos concorreria para a elaboração de discursos e conceitos correspondentes aos papéis que então aqueles sujeitos passaram a desempenhar. Entre os novos hábitos, destacamos o crescente gosto pelos bailes e salões e, principalmente, a presença feminina nesses eventos a um só tempo lúdicos e políticos.

As mudanças de comportamento, o aprendizado de normas de etiqueta e o conhecimento das regras de precedência foram, em grande medida, exigidos pela presença da família real portuguesa no Brasil. Desde os primeiros contatos, aliás, não faltaram *grandes conhecedores dos cerimoniais das cortes européias* a apontar as gafes cometidas pela vassalagem tropical nas recepções à realeza lusitana (MALERBA, 2000, p. 82). Mas os brasileiros, sobretudo as brasileiras, empenharam-se em aprender a chamada *arte dos salões*, com suas regras de etiqueta, suas danças, suas modas e demais acessórios. Assim, em pouco tempo as senhoras baianas não precisariam mais declinar dos convites para os bailes por receio de não saberem comportar-se em presença da corte, conforme observara, em 1817, Louis-François de Tollenare. Naquela ocasião, o visitante francês atribuiria o pequeno número de mulheres, presentes ao baile oferecido ao Conde

\* Tomamos aqui de empréstimo o título de um de poemas de Amélia Rodrigues.

<sup>1</sup> ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de Assis. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas (Campus V) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do *Mulieribus* – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). nrsentose@yahoo.com.br

dos Arcos, a “certa inquietação quanto as precedências [que] retivera em casa muitas delas” (TOLLENARE, 1978, p.309). Mas, entre erros e acertos da elaborada etiqueta de salão, os bailes e banquetes confirmariam a sua importância estratégica ao longo do processo de consolidação do Império do Brasil e de construção da nossa nacionalidade.

Não foi por mero desejo de divertir-se que a Bahia, como ocorria na corte fluminense, “se tomou da febre das reuniões, dos bailes, dos concertos, das festas” (PINHO, 1959, p. 111), onde a presença feminina se torna cada vez mais relevante. Devemos considerar que o crescente costume entre as elites imperiais de recepcionar, hospedar e festejar seus pares e correligionários, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, acabaria por transformar aquelas ocasiões de lazer e comemoração em importantes oportunidades de estabelecimento de sólidas alianças políticas. Alianças políticas que, não raro e de acordo com antigas estratégias familiares, se faziam acompanhar de não menos sólidas alianças matrimoniais, unindo fortunas e poderes de extensas redes de família da província baiana. Desse inevitável encontro entre o velho costume – da absoluta ingerência familiar nos arranjos matrimoniais – e os novos hábitos, baseados na civilização dos costumes, surgem as ambigüidades e incertezas quanto à presença feminina naquelas ocasiões festivas. Ambigüidades e incertezas manifestas em prosa e verso nas páginas dos jornais e almanaques que circulavam na capital e nas principais cidades da Bahia.

Um ponto de partida para o entendimento daquelas incertezas e ambigüidades é, sem dúvida, a transformação da intimidade que se verifica, sobretudo a partir do século XIX, em todo o mundo moderno ocidental. Segundo Anthony Giddens, a transformação da intimidade podia ser “uma influência subversiva sobre as instituições modernas como um todo”(1993, p. 11), posto que trazia consigo possibilidades efetivas de radicalização. De fato, o apelo à presença feminina nos espaços públicos e privados de lazer, condenando as velhas, mas ainda resistentes, rótulas e gelosias a símbolos de incivilidade e atraso social, concorria para uma maior aproximação entre os sexos, antecipando intimidades até bem pouco tempo guardadas para depois do casamento. Mostrar-se, ver e ser visto era, enfim, civilidade. Pelo menos assim pareciam sugerir as notícias chegadas da corte, imitada de norte a sul do país. Entretanto, aderir aos modos de convivência civilizada tinha seu preço e, do ponto de vista da inserção da mulher, nos espaços públicos e privados de lazer, era a sua virtude que parecia ameaçada.

No contexto acima mencionado, o comportamento feminino foi o alvo preferencial de todos os olhares, nos bailes e fora deles. Algumas das novas sociabilidades – os salões, as tardes de passeios nos logradouros públicos, as idas às compras e ao teatro – tão caras ao mundo moderno civilizado, pareciam às vezes ameaçar a reputação do belo sexo. Por outro lado, as reuniões, bailes e jantares, sendo oportunas ocasiões de demonstração de poder e prestígio, reservaram às mulheres um lugar de destaque. Afinal, “elas eram peças fundamentais na organização desses eventos sociais, pois enfeitavam as recepções, tocavam piano, dançavam, e sua distinção no tratamento e na beleza contavam pontos para seus pais e maridos (...)”(REIS, 2000, p. 49).

Manuais e tratados de educação seriam os grandes aliados da instrução daquelas mulheres de elite que, na segunda metade do oitocentos, já se configuravam numa “elite feminina”, a qual, como salienta Adriana Reis, deve ser entendida “como um grupo estratégico dentro da elite social” no interior do qual “as mulheres seguiam determinados preceitos morais, reproduzindo, através de comportamentos e atitudes, um modelo social feminino e de destaque dentro do grupo de mulheres”(IDEM, p. 17). Além das boas maneiras, das regras de etiqueta, das noções de higiene e do bom-tom, era necessário educar as mulheres, sobretudo as mais jovens e solteiras, para os fins a que lhes destinavam suas famílias e a sociedade, ou seja, para o casamento e a maternidade. Destinos estes que, muitas vezes, foram bem ou mal traçados nos salões dos sobrados e das casas grandes, durante concorridos banquetes e bailes.

Muito se tem falado sobre a educação feminina voltada para o atendimento das novas exigências da sociedade de corte com a qual as elites brasileiras, sobretudo a política, se identificariam a partir da chegada da família real ao Brasil. E, em alguma medida, também se tem atentado para o fato das implicações morais que as mudanças de hábitos e costumes trouxeram consigo. Aqui pretendemos analisar brevemente a educação para os bailes e salões, considerando os discursos em que a honra aparece “ameaçada”, não só pela frequência das mulheres naqueles eventos, mas também por um curioso processo de decrescente ingerência masculina sobre aquele que continuava sendo o maior de todos os dotes femininos: a virtude. A pergunta a ser formulada parece-nos ser: como conciliar conveniências e expectativas familiares em face de costumes que, ao aproximarem os sexos e transformarem a intimidade, acabavam por abrir para os futuros nubentes a possibilidade da escolha pessoal? Uma das chaves para a resposta parece estar no controle sobre a educação das mulheres. Será nosso objetivo, aqui, esboçar uma possibilidade de resposta à esta questão da qual também se ocuparam, cada um a seu modo, os homens e as mulheres da Bahia imperial.

Os conceitos de honra e virtude aqui utilizados correspondem àqueles definidos pelo olhar antropológico de Julian Pitt-Rivers, que estabelece uma relação de reciprocidade e interdependência entre ambos, articulando ao lugar social de cada sexo a pertinência de um e outro conceitos. Assim, a honra, porque baseada no direito natural à precedência – no caso da sociedade baiana do oitocentos, a de ser senhor, pai, irmão, marido, sogro, cunhado etc. – é entendida como atributo exclusivamente masculino. A virtude, porque uma variável da honra justificada pelo reconhecimento dos méritos e deméritos de cada indivíduo, é atributo também extensivo às mulheres (PITT-RIVERS, 1971), as quais, por bem ou mal zelar das próprias virtudes, concorreriam para o reconhecimento ou não da honra masculina familiar. Desta perspectiva, poder-se-ia dizer de um homem nascido no seio das elites políticas e econômicas que ele já nascera honrado. O mesmo não se poderia dizer das mulheres nascidas em circunstâncias semelhantes, posto que a *honra=virtude* é um atributo que precisa ser conquistado, dar testemunho de si e do seu público reconhecimento.

Buscaremos acompanhar o pensamento de alguns contemporâneos a respeito da presença feminina naqueles espaços de novas sociabilidades, abertos pelo empenho dos baianos em modernizarem e civilizarem seus costumes. Alguns registros das críticas, aconselhamentos e advertências, encontrados em periódicos da época, ajudam-nos a entender o modo pelo qual, nas últimas décadas do século XIX, os homens e mulheres pensaram a virtude, aqui entendida como comportamento feminino socialmente visível e capaz de depor contra ou a favor da honra familiar, no contexto das modernidades oitocentistas.

## EDUCAÇÃO PARA OS BAILES E SALÕES: COMO ORIENTAR A VIRTUDE AMEAÇADA

Em 1890, aparece publicado no *Almanach do Diário de Notícias* um poema cujo título, conforme já dissemos, tomamos aqui de empréstimo. Embora não saibamos ao certo quando foi escrito, outro poema de Amélia Rodrigues, *A Pétala de Rosa*, publicado em 1883, mas datado de 1877, guarda algumas semelhanças com *Amor de Baile*, sugerindo-nos serem ambos dessa época (*Echo Sant'Amarense*, 1883, p.2). “Suas primeiras publicações saem em *O Monitor*, jornal da capital da província baiana, de Belarmino Barreto, e no periódico conservador *Eco Santamarense* (ALVES, 1999, p. 35). Como podemos perceber, ao registrar suas impressões sobre o “amor de baile”, Amélia Rodrigues dá relevância ao ressentimento feminino:

No galope final da contradança/Ele, cingindo-a ao peito, respeitoso,/Murmurou-lhe ao ouvido  
“tanto gozo,/Qual sinto, não senti jamais, criança”!  
Depois, a passearem lentamente,/A confissão de amor continuou;/Ela um cravo lhe deu, ele o guardou,  
/Jurando conservá-lo eternamente.  
À despedida, ainda um longo olhar/Cravou no seu...A moça a suspirar/Passou a noite. – Que inocência aquela!  
E ele, morto de sono, ao se despir/Vendo o cravo, atirou-o fora, a rir.../Quando acordou...nem se lembrava dela! (ALVES, 1999, p. 168)

Todo o poema sugere que os bailes eram ocasiões que propiciavam, aos homens, a oportunidade de se aproximarem e de seduzirem o belo sexo, exercitando um tipo de leviandade característico do sexo forte: o abuso da “inocência” feminina. Associado ao conteúdo do poema, o título insinua que os amores nascidos nos bailes seriam efêmeros. A poetisa parece alertar contra os riscos dos jogos amorosos dos bailes, nos quais, mesmo sob os prováveis olhares de pais e irmãos, os contatos físicos mais estreitos, os murmúrios ao ouvido, os passeios e as trocas de pequenas lembranças eram facilitados.

Diante de tantos riscos a educação para os bailes deveria, pois, ir além do verniz de boas maneiras e de recato. Desse ponto de vista, é muito pertinente a opinião de Alberto Ferreira Filho quando afirma que “o conhecimento formal de inspiração laica ocupou um lugar de destaque em toda a vida social, garantindo àqueles que lhe têm acesso não só uma mera profissionalização, mas a formação moral necessária para assumirem o papel de sujeitos desse tempo que começara em 1808” (FERREIRA FILHO, 2007, p. 7)<sup>2</sup>.

Um anônimo – seria anônima? – colaborador do *Almanach do Diário de Notícias* é mais direto em sua rimada descrição dos perigos e insídias das valsas e contradanças dos bailes, referindo-se às más intenções dos cavalheiros e à susceptibilidade das damas aos devaneios e tentações. Em *No Baile*, em meio a *mil pulsações tumultuosas*, o poeta as ver “abraçar, em doce enleio/ o par, que as leva a **ellas**, descuidosas,/ em giros, e em mil voltas caprichosas, na garra sensual d’um impuro anseio” (*Almanach do Diário de*

<sup>2</sup> Trata-se de tese de doutorado a ser defendida na USP. Ainda em fase de elaboração, o autor nos cedeu, gentilmente, o capítulo no qual traz essa discussão.

*Notícias*, 1887, p. 36) . Conclui o poema a cismar sobre o efeito embriagador daqueles instantes de intimidade sobre as *meigas formosuras*, perguntando-se: “as prostraria mais a valsa doidejante ou as vagas tentações de mil loucuras?” Eis, pois, colocadas em verso, algumas das preocupações dos que se propuseram a pensar as formas civilizadas de convívio social preconizadas pela modernidade do século XIX. A impureza dos desejos masculinos e a vulnerabilidade da “natureza” feminina à vertigem e aos devaneios, ameaçando o cumprimento do verdadeiro destino e vocação da mulher, tornaram-se argumentos recorrentes entre os que se propuseram a pensar sobre a presença feminina nos espaços lúdicos da sociedade.

Amélia Rodrigues se ocupou da educação feminina durante toda a sua vida. Tanto em seus escritos quanto em sua prática do magistério, esta poetisa, professora e dramaturga baiana criticou, sobretudo, os perigos a que a educação moderna expunha a virtude feminina. Nascida em 1861, numa família sem grandes posses, Amélia Rodrigues foi educada dentro dos princípios da Igreja, como, aliás, quase todas as moças e meninas de seu tempo (RODRIGUES, 1998, p. 81). A influência da religião católica perpassa toda a ação e obra da escritora, cujo tom pedagógico é flagrante em poemas, livros e artigos, nos quais os bailes e salões são temas recorrentes. Na peça *Fausta*, por exemplo, o caráter frívolo da protagonista nos é apresentado através da sua preocupação com um certo baile de formatura ao qual deseja comparecer exibindo novos brincos de diamantes, uma vez que os seus, segundo a própria Fausta, “já estão fora de moda” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

Além de identificar o caráter da personagem, os bailes e salões são tomados pela autora para ambientar o engano e as traições aos quais as suas frequentadoras estavam vulneráveis. Assim, já desafortunada pela sorte, Fausta desabafa com o velho escravo e amigo,

Ontem, Lúcio, eu era a rainha dos salões, uma das estrelas mais brilhantes da sociedade, a primeira entre as primeiras, porque me julgavam noiva e muito em breve esposa de um cavalheiro rico e distinto (...). Oh! Mas hoje a face das coisas mudou! (...) Sou uma mulher ludibriada por um charlatão infame, uma mulher insensata que se deixou enganar! Sim! Não de censurar-me por isso os mesmos que com ele se enganaram também, as mesmas que suspiravam pelo seu amor. Quando eu aparecer na sociedade, apontar-me-ão com o dedo e dirão: “Lá vai a tal Fausta”, a que ia casar com um moedeiro falso (IDEM, p. 54).

### O amigo a faz ver que

foi a vaidade que a fez aparentar uma riqueza que não tinha para frequentar as festas, chamar a atenção e achar um noivo de elevada posição; foi a vaidade que a fez tornar-se leviana e alimentar esperanças em indivíduos a quem não tencionava unir-se, e que a ajudavam a sustentar o seu luxo demasiado (IDEM, p. 55).

Fazendo parte de um seletíssimo grupo de mulheres que se destacaram na Bahia oitocentista, por sua atuação no âmbito literário e artístico, Amélia Rodrigues colocava a sua pena a serviço da defesa dos papéis tradicionais da mulher como esposa e mãe. Se por vezes se posicionou a favor da atuação da mulher no ambiente público e literário, não o fez em contraposição ao que considerava a verdadeira missão da mulher, a missão de *Paladina do Lar*, conforme demonstra o título da revista fundada por ela em 1910.

Nos escritos da *Paladina do Lar*, podemos perceber que, quanto aos seus objetivos finais, a educação feminina do século XIX pouco diferia dos estabelecidos para a educação das mulheres de séculos anteriores, que as preparava para os afazeres domésticos, os cuidados com os maridos e a educação dos filhos. Assim, às mulheres de tempos coloniais que tiveram acesso à educação ensinava-se a ler e contar e, o mais importante, todas as chamadas prendas domésticas, visando às suas futuras experiências conjugais. A novidade do Império do Brasil é que, na educação feminina, acrescentaram-se a esses ensinamentos a educação para os salões, o piano, a declamação, o canto, como receber e comportar-se em sociedade, etc. Em ambos os momentos, porém, foram preservados os ensinamentos da obediência e da castidade, primeiro como exigências, depois como estratégias de boa aceitação social. Viviam-se tempos imperiais, quando então a obediência ativa e a castidade conduzida com graça elegante depunham a favor do caráter da mulher.

Embora soubessem reconhecer a importância dos seus comportamentos e condutas para o núcleo familiar ao qual pertenciam, não foram raras as mulheres que se negaram aos sacrifícios em favor da honra masculina das suas extensas parentelas. Renúncias amorosas foram frequentemente negadas a pais, irmãos e mesmo maridos. A bastardia e a ilegitimidade de muitos ilustres filhos da Bahia oitocentista, resultante das aventuras amorosas e/ou extraconjugais de suas genitoras, estão fartamente demonstradas na historiografia e nas memórias oitocentistas. Entre estas últimas, destacamos as *cartas* da Condessa de Barral,

nas quais a distinta senhora, amiga dileta e confidente do Imperador Pedro II, refere-se ao comportamento sexo-afetivo das mulheres das elites baianas como pouco morigerado. Nelas, além de classificá-las como claudicantes, desprezíveis e de má conduta, nomeia os seus parceiros sexuais e afetivos, todos da elite jurídica e política da província, com os quais elas tiveram filhos bastardos e ilegítimos (BARROS, 1977, pp. 353-354).

A honra masculina “ofendida” reagia das mais variadas maneiras aos deslizes das mulheres da família. Mattoso narra uma tragédia familiar na qual um senhor de engenho tranca a filha grávida no quarto e, depois do parto, a criança (um menino) é jogada no rio. “O fim da estória foi o suicídio da moça, que cortou as veias com cacos de vidro” (MATTOSO, 1992, p. 160). Todavia, mesmo sendo frutos de relações amorosas proibidas, porque contrárias aos interesses e arranjos familiares, os filhos ilegítimos e bastardos marcaram presença no seio das famílias de alta estirpe, revelando que “nem todos os amores ilegais terminavam tragicamente. Ao contrário. Ilegitimidade e bastardia eram traços característicos da Bahia de Todos os Santos”(IBIDEM).

Embora a ilegitimidade e a bastardia caracterizassem a sociedade baiana, ser bastardo ou ilegítimo também foi empecilho a projetos de ascensão política e social de alguns indivíduos, principalmente quando desses projetos constava a ambição por títulos nobiliárquicos. Neste sentido, o exemplo de Francisco Pereira Sodré é emblemático. Ele, que ostentava o título de Barão de Alagoinhas desde 1879, teve a condição de fidalgo negada duas vezes porque, como explica Mattoso, “tivera a infelicidade de nascer bastardo”(IDEM, pp. 178-179). Aqueles empecilhos, aliás, não foram ignorados pelas mulheres, conforme demonstra a poesia de Maria d’Araújo, que já na escolha da epígrafe antecipava aos seus leitores o tema das suas reflexões. “Sem nome...Oh! Sabeis o que é não ter um nome?”. É com esta pergunta de Antony Dumas que d’Araújo nos convida a conhecer a *negra sina do bastardo* que, tendo nascido “prescrito... bastardo... dev[ia] penar e sofrer”.(Almanach do Diário de Notícias, 1883, p. 42).

Ao refletir sobre a frequência aos bailes, todo um conjunto de normas disciplinares parece mesmo transferir, irremediavelmente, a responsabilidade pela manutenção da virtude para as mãos de suas legítimas detentoras. Assim, a preservação da virtude – que antes parecia assegurada pela pouca ou nenhuma exposição das mulheres aos olhares de estranhos – nos bailes e salões dependia da cautela das donzelas e da eficiência da vigilância materna. As mães, a quem competia os ensinamentos do decoro e do recato, deviam também proteger a virtude das suas filhas dos perigos dos bailes. O papel desempenhado pelas mães aparece muito bem delineado num curioso elogio às sogras, traduzido do francês e publicado na Bahia, em 1886. O autor, Aurelien Scholl, pergunta e responde:

O que é uma sogra?

Foi a sogra quem **educou a graciosa criatura por quem o nosso coração bateu.**

Foi a sogra quem **velou pela sua virtude** ao mesmo tempo que pela sua saúde. Nada esqueceu **para que a recebesse pura.** (...)

Foi ela quem **recusou passar a noite em certos teatros, ir a certos bailes, para que vossa esposa de hoje não tivesse de corar** com as palavras de dois sentidos e as posições equívocas.

Foi uma sogra quem inventou a folha de parra.

Se tendes por companheira uma moça honesta, dedicada, graciosa e pouco ingênua, é a vossa sogra que a deveis (Almanach do Diário de Notícias, 1886, p. 59. Grifos nossos).

Além do fato de que era o homem quem escolhia a "graciosa criatura", o autor é claro ao pontuar a interdição apenas a "certos bailes", preservando as donzelas de palavras e cenas inoportunas, sugerindo, assim, que a presença delas seria bem vinda em teatros e bailes adequados. Esses cuidados, consoantes os apelos para que as mulheres se conservassem apenas o suficientemente reservadas e castas, dão bem a idéia do quanto foi difícil e problemático situar e defender a virtude em favor da honra familiar, masculina e nacional, conforme as ideologias do final do século XIX (CAUFIELD, 2000, pp. 30-34). Afinal, a sedução feminina nas festas, nos bailes e salões – públicos, privados, populares ou de elite – era um fato previsível, proposital e, às vezes, sutilmente encorajado. Ao comparecer a uma tourada, em 1817, o nosso já conhecido visitante francês, Tollenare, observara que as mulheres "bem sabiam que excitavam, com o seu passo irritante, ardências que o fogo dos seus olhares ainda mais inflamava; a confusão da festa autorizava liberdades desacostumadas."( Apud AUGEL, 1980, p. 35). Por sua vez, o *Manual do bom-tom*, de grande circulação entre as famílias abastadas do Império do Brasil, advertia as mocinhas casadoiras que, para os bailes,

o enfeite de uma donzela será sempre mais modesto que o de uma casada, **porque o verdadeiro modo de achar marido é parecer inclinar-se a um gosto simples**, isto é, ter aversão às casemiras e às ricas peles, e o mais profundo desprezo às jóias e aos diamantes... **até que tenha encontrado um marido. Obrando de outra maneira privam-se de receber ricos enfeites da mão de um esposo** (VERARDI, 1900).

A estratégia "ensinada" acima não deixa de ser curiosa, principalmente porque, tratando-se de um manual de comportamento e etiqueta, sugere o recurso a estratégias atribuídos ao universo feminino nos arranjos matrimoniais, sobre os quais, certamente, os pais, irmãos e futuros esposos desejavam e pressupunham exercer o mais absoluto controle. Outra questão importante diz respeito ao incentivo à traição e ao engano, ao propor às mulheres que finjam ser o que não são até que garantam um marido para si, na contramão das expectativas relativas à conduta e aos princípios morais que deveriam nortear os comportamentos femininos. De qualquer modo, incitar a mulher a protagonizar o ritual das suas escolhas sexo-afetivas nos bailes imperiais não deixava de ser um sinal dos novos tempos.

Dr. José Lino Coutinho, por exemplo, autor do talvez mais importante compêndio educacional do seu tempo, recomenda, em sua carta de número IX, o conhecimento de "regras para o ensino da história moral, com as modificações que requer a diversidade do sexo", para que sua filha Cora pudesse ver claramente e "bem aquilatar as qualidades morais dos homens, com quem tem de viver na sociedade"(REIS, 2000, p. 170). O zeloso e ilustrado pai orientava a escolha, que do seu ponto de vista também caberia à filha, para que Cora não a fizesse "à vista das qualidades físicas, e de qualidades efêmeras, que apenas podem servir para quatro dias de um entretenimento amatório"(IBIDEM).

Apesar de todo o seu cuidado e zelo, Dr. Lino Coutinho parece não ter confiado muito na ressonância dos seus ensinamentos sobre a formação moral da filha. Lino Coutinho tratou de casá-la na idade oportuna para época, aos 15 anos e, curiosamente, com seu próprio cunhado. Cora casou-se um mês depois do casamento de seu pai, em fevereiro de 1834. Entretanto, o ilustrado médico baiano demonstra superar o preconceito relativo à bastardia, talvez em favor da conveniência em preservar a prática da endogamia familiar e de classe. O escolhido para marido de Cora era Francisco Pereira Sodré, o Barão de Alagoinhas, aquele mesmo que vimos acima, pleiteando – em vão, porque era um bastardo – o título de fidalgo. A provável superação dos preconceitos do seu tempo surpreendeu-nos em Lino Coutinho. Afinal, o distinto doutor condenava o adultério justamente "porque a luxúria da mãe desregrada passava ao sangue da filha, passando para a prole". Além disso, as ligações "criminosas e clandestinas poderiam trazer filhos ilegítimos"(REIS, 2000, p. 180). Por outro lado, a surpresa não deixa de permitir que entrevejamos as ambigüidades da moral oitocentista, típicas de contextos de mudanças em movimento, particularmente quando se tratam de mudanças de comportamento e mentalidade.

Os bailes eram, aos olhos de muitos contemporâneos de Lino Coutinho, o próprio palco da luxúria e dos amores efêmeros. Quase 30 anos depois, a duas décadas do final do século, em 1880, ainda se faziam ouvir vozes contrárias àqueles divertimentos, como o fizera Sílio Bocanera ao associar o costume de levar as filhas aos bailes à falta de bom senso dos pais (Almanach do Diário de Notícias, 1880, pp. 84-85). Porém, tendo se transformado num mal necessário, identificado com a civilização dos costumes dos estratos superiores das sociedades modernas, fazia-se necessário admoestar as mulheres, principalmente as solteiras, para que elas soubessem se conduzir nos salões. Nos bailes, elas poderiam até escolher seus futuros maridos, mas seriam mais ordinariamente *escolhidas* por eles, por isso todo cuidado era pouco. A higiene, a moda, os gestos e as regras do bom-tom, ao lado da modéstia e da virtude, deveriam ser exibidos nessas ocasiões, pois as mulheres não eram apenas o que realmente se julgavam ser, eram, principalmente, o que os outros pensavam ou falavam delas. Como dizia Rousseau, "sua honra não esta[va] apenas em sua conduta, estava na sua reputação, a mulher agindo bem só cumpr[ia] metade de sua tarefa, o que pensa[vam] dela lhe importava tanto quanto o que era efetivamente"(Apud REIS, 2000, p. 47).

A moda, possivelmente a mais excitante temática para as moças casadoiras, principalmente por ocasião de bailes e festejos, era um capítulo à parte em torno do qual gravitava o controvertido tema da sedução. Periódicos femininos ocuparam-se largamente com os assuntos relacionados à moda em artigos que salientavam a sua importância nos jogos de sedução, afirmando, por exemplo, que

(...) ninguém pode[ria] desconhecer a sua [da moda] utilidade e a nobreza de que ela cinge as *lionnes* de nossos salões. Para prová-lo, basta contemplar-se a mulher formosa dos campos e uma simples beleza da corte trajada comme il faut. Resulta da comparação – que prefere-se a segunda à primeira, e por uma razão muito clara. **Por mais bela que seja uma mulher, é necessário um pouco de arte para merecer a**

**admiração de um homem. Isto é uma lei da natureza; por ventura o brilhante bruto tem o valor do brilhante lapidado?** (Jornal das Senhoras (1854). Apud TEIXEIRA, 2002, p. 93)

Mas, mesmo entre as mulheres, a moda tinha também seus inimigos. Algumas, como a autora lisboeta, Elvira Gurjão, viam-na como uma “deusa nova, bonita, com todos os dons de agradar, mas que era caprichosa e volúvel”. Segundo a autora, a *importuna* moda teria sido expulsa do Olimpo e, mandada para o planeta terra, encontrara aqui as mulheres para lhe formar “a corte e obedece[r] cegamente as suas ordens”(Almanach do Diário de Notícias, 1886, p. 2). Outra autora, brasileira, no conto *A casa*, de 1883, atribui a infelicidade conjugal de sua personagem ao fato desta ter sido, quando solteira, uma “menina muito bonita e muito da moda (...) mulher frívola que pouco antes só pensava em teatros e bailes” (Almanach do Diário de Notícias, 1883, pp. 97-98). Como em toda literatura de caráter pedagógico exemplar, a felicidade do casal só se torna possível com a renúncia da jovem casada à moda e às festas, retratadas ambas como divertimentos que atraíam apenas a mulher “que não se encontrou bem em **sua casa**”, ou seja, em seu legítimo lugar de esposa e mãe.

Entre os acessórios da moda oitocentista estava o espartilho, um instrumento de lapidação da beleza feminina, propagandeado pela capacidade de talhar a mais teimosa e jocosa das silhuetas. Mas, segundo alguns médicos, o uso do espartilho causava deformações físicas que comprometiam a performance das mulheres no momento da maternidade. Para os moralistas, leigos e eclesiásticos, os espartilhos eram perigosos instrumentos de luxúria, porque insuflavam a sensualidade masculina ao projetarem generosamente o colo e afinarem artificialmente a cintura das mulheres. Na guerra contra os espartilhos, o *Echo Santamarense* reproduzia, em sua primeira página, a mensagem de duas escritoras americanas que, sendo “reconhecidas debatedoras da educação da mulher”, recomendavam o *belo sexo* “a não usar cabelos postiços, pó-de-arroz ou pinturas na cara”, e, dirigindo-se às mães e tutoras, aconselhavam:

(...) que se deve proibir às meninas de espartilharem-se demasiadamente do mesmo modo que na China é proibido o fumo do ópio. Que a pressão dos espartilhos e a dor dos calos não pod[iam] alindar umas formas que Deus fez a sua imagem e semelhança (Echo Santamarense, 1884).

Alguns periódicos da época se caracterizaram pela oposição ao culto da moda. Alguns, abusando da ironia e da graça, como *A Carapuça*, outros utilizando uma linguagem científica, como *A Mãe de Família*. Com a provocação do debique ou a autoridade da ciência, os discursos em ambos os estilos tinham como alvos principais os estragos à saúde e à moralidade causados pela moda, a cega obediência que as mulheres lhe devotavam e a educação para a modernidade. Segundo Assis (2006, p. 56), “os espartilhos, por exemplo, foram alvo de divertidas, mas nem por isso despropositadas, considerações”. Entre estas, a autora destaca uma curiosa narrativa sobre esse polêmico acessório trazido da França. Os espartilhos são descritos, por um autor da suposta origem deles, como “prisões portáteis” nas quais os maridos encarceravam suas “caras metades”. Com refinado senso de humor e advertindo ter-se baseado numa antiga tradição, o anônimo colaborador do *Almanach do Diário de Notícia* (1888) afirma que:

foi o espartilho inventado por um carniceiro do século XIII, para castigo de sua mulher, uma vez que, sem saber porque meio prático acabasse com a loquacidade e tagarelice imoderada de sua esposa, (...) não encontrou coisa melhor do que metê-la num tronco que não deixava tomar fôlego (ASSIS, 2006, p. 57).

Ainda segundo Assis, o autor aproveita o ensejo para criticar as imoderações da natureza feminina que deveriam ser reprimidas numa mulher virtuosa, destacando, entre estas, o ser demasiadamente loquaz e tagarela. No mesmo tom de humor sutil, ele “atribuirá à teimosia e ao espírito de contradição das mulheres a modificação sofrida pelo espartilho que, de um objeto de castigo cruel, é conformado às leis da moda, em favor da qual suas usuárias ignoravam os inconvenientes do seu uso”(IBIDEM).

A moda tinha lugar de destaque no repertório de preocupações com a reputação das moças e com as conseqüências do comportamento delas nas alianças matrimoniais seladas nas ocasiões festivas. Paradoxalmente, tal preocupação acabaria por resultar numa interessante concessão de liberdade à *toilette* das senhoras casadas. Assim, enquanto para estas eram permitidos e até desejados os maiores exageros em decotes, jóias e outros adornos, às solteiras era recomendado o modesto recato das vestimentas sóbrias, dos sorrisos tímidos, dos olhares por sob os cílios.

Nos bailes, esperava-se da mulher solteira a exibição de uma beleza virginal, para a qual ela deveria ser educada de modo franco e íntegro, ou ardilosamente, conforme, já vimos, preconizava o *manual do bom-tom*, de Verardi. Ela deveria saber demonstrar inteligência e espírito sem afetação, seduzir sem ser

permissiva, ou seja, seduzir sem ceder às tentações típicas da sua natureza fútil e traiçoeira, antes circunscrita ao seu próprio círculo familiar. As admoestações antecipavam, a todo momento, os papéis reservados às mulheres solteiras, o papel de futuras esposas e mães, capazes de bem conduzir a educação dos futuros filhos das nações civilizadas, entre as quais o Brasil almejava estar incluído.

Para Teixeira Rainho, “o papel dos manuais de civilidade, que a princípio pode parecer o simples ensino de boas maneiras ou a inculcação das regras de etiqueta, ia além desses propósitos, ao buscar preparar os seus jovens leitores para a vida em sociedade” (RAINHO, 2002, pp. 104-105). Entretanto, para desgosto de alguns idealizadores dos projetos educacionais femininos do século XIX, o gosto pela leitura ultrapassou os limites dos manuais e tratados, ou das lições de francês e declamação. As mulheres educadas tornaram-se também ávidas leitoras de romances, principalmente daqueles em forma de folhetins, publicados nos principais periódicos das capitais de província. São inúmeras as referências a esse novo público de leitoras nos principais jornais da província da Bahia que, preocupados, tratavam de publicar romances cujo fundo moral remetiam sempre à obediência e à castidade feminina. Criticava-se, sobretudo, a impertinência de certos exemplos que pululavam das páginas românticas – levando inocentes donzelas apaixonadas a contrariarem os desígnios da sua natureza e os interesses da sua família – e dos palcos do teatro, reprovados pela elite letrada quando

representam a inocência e a virtude sempre espezinhada e oprimida, e quando o amor sensual forma uma grande parte do enredo das tragédias, e as comédias nos mostram maridos atraídos com sutileza e hipocrisia, e os criados cúmplices nesses desvarios; porque então os teatros tornam-se, por assim dizer, uma escola de imoralidades representadas ao vivo, para pessoas que estão ainda no verdor dos anos (Revista do Instituto Acadêmico, 1873, p. 119)<sup>3</sup>

Outro autor, fazendo a crítica ao drama "Mendiga", lembra os salões como palco da degradação feminina, no qual as moças ensaiam uma futura vida de adúltera. Persuasivo, tenta conduzir a imaginação dos leitores:

Imaginaí uma dessas jovens de salão - linda, cingida de encantos que fascinam. Esta mulher deixa-se levar pelas palavras de seus admiradores. Toma por hábito o namoro. Namora sem escolha, unicamente por divertir-se. Afinal encontra uma vítima. Vem o casamento fechar a cena. Mais tarde o adultério é a sua consequência. Como esta há um cem número de mulheres em nossa sociedade! (Revista do Instituto Acadêmico, 1873, p. 35)

Estas e tantas outras opiniões contra e a favor da presença feminina nos espaços de lazer civilizado, como os teatros e os salões, agitaram a sociedade baiana oitocentista. Se por um lado, as elites baianas desejavam identificar-se com a modernidade e a civilização, das quais a exibição feminina era um dos emblemas, por outro, temiam que as concessões aos novos costumes afetasse os valores sobre os quais estavam assentados os pilares de sustentação moral da família. Valores associados à conduta das mulheres, sobretudo mães, filhas e esposas de quem esperavam modéstia, obediência, castidade e fidelidade. Valores ameaçados pela vaidade, pelos jogos de sedução e pela aproximação entre os sexos, principalmente nos bailes, nos quais se pressupunha a prática das danças, aos pares, enlaçados, como bem lembram os poemas de Amélia Rodrigues e do autor desconhecido. A dança, que, segundo Manuel Querino, “era considerada [uma] diversão pernicioso”, só se tornara aceitável porque “a maldita civilização conseguiu ameigar a austeridade dos nossos costumes” (QUERINO, 1946, p. 223). Os costumes haviam sido de fato modificados e as diversões, antes circunscritas ao meio familiar, passaram a ser compartilhada, mais amiúde, com amigos e conhecidos de uma mesma classe social. Entre um baile e outro, as moças podiam tornar-se perigosamente íntimas de rapazes que não eram seus irmãos, tios e primos, colocando em risco a própria reputação e a honra familiar, particularmente quando se deixavam seduzir ou perdiam a virgindade antes do casamento. Temia-se, sobretudo, as possibilidades abertas ao despertar das paixões e dos sentimentos românticos.

Nada mais significativo da transformação da intimidade do que a emergência do amor romântico. Giddens, compartilhando da opinião de Francesco Alberoni, lembra que “o amor apaixonado é especificamente perturbador das relações pessoais, em um sentido semelhante ao do carisma; arranca o indivíduo das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios. Por esta razão, encarado sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, ele é perigoso” (GIDDENS, 1993, p. 48). Portanto, o amor romântico não serviria adequadamente aos propósitos do casamento e da maternidade.

---

<sup>3</sup> O texto, intitulado “o teatro e a educação moral das moças”, é do Dr. Lino Coutinho.

Para Giddens, “o amor [romântico] rompe com a sexualidade, embora a abarque; a *virtude* começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como *especial*”. E mais, “(...) na medida em que a atração imediata faz parte do amor romântico, ela tem de ser completamente separada das compulsões sexuais/eróticas do amor apaixonado. O *primeiro olhar* é uma atitude comunicativa, uma apreensão intuitiva das qualidades do outro” (IDEM, p. 51). Neste sentido, de lá das ressentidas estrofes de uma jovem Amélia Rodrigues, ressurgiu a figura do príncipe desencantado do baile, contra o qual tanto alertavam os principais condutores do processo de educação feminina do Brasil oitocentista, as elites letradas laicas e a Igreja. Para ambas, ao contrário do que Giddens afirma como manifestação diferenciada de intimidade afetiva, as fronteiras entre o amor apaixonado e o amor romântico eram muito tênues.

Para a natureza feminina, então, aquelas fronteiras se lhes afiguravam ainda menos confiáveis, daí a necessidade de afastá-las das perigosas fantasias dos teatros e folhetins, aquelas

(...) terríveis obras que pintando o homem e o amante como um anjo, e colocando a felicidade nos seus braços, perde a maior parte das mulheres quando, por assim dizer, seduzidas se entregam todas ao amor, porque só encontram seres defeituosos e fracos que as abandonam (...) (REIS, 2000, p. 169).

Na incerteza da total obediência, os manuais de educação, bem como os artigos e poemas dos jornais e revistas, tratavam de admoestar contra os alçózes da virtude das jovens mulheres. E não apenas contra os fictícios personagens dos folhetins, mas também, e principalmente, contra os reais românticos frequentadores dos bailes que delas apenas riam depois de uma noite bem dormida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XIX, e à medida que civilizavam seus costumes, as elites baianas participaram de um interessante processo de inserção social da mulher, marcado, principalmente, pela presença feminina nos espaços públicos e privados de lazer da chamada classe dominante. Protagonistas de um processo em construção, as elites apresentam-se ambíguas quanto à presença feminina nos teatros e nos bailes, ora julgando-a adequada e desejável, enfim, um sinal dos novos tempos, ora julgando-a uma concessão perigosa, por colocar em risco a reputação e a virtude das representantes do *belo sexo*. Nesse contexto, assuntos como a higiene, a moda e os modos das mulheres, sobretudo das solteiras, passam a figurar em artigos, poemas e manuais de educação, com vistas à melhor preparar as mulheres para a vida em sociedade.

Os novos hábitos de convivência social tornaram a eficácia da vigilância masculina sobre as mulheres uma improbabilidade com a qual as elites tiveram que lidar, pois, a despeito de todos os cuidados e precauções, a virtude feminina ganhava definitivamente as ruas e os salões. Era necessário, portanto, educar as próprias mulheres para aquela nova realidade. Neste sentido, uma profusão de artigos, alguns dos quais escritos por mulheres, contos, poemas e manuais de educação foram em socorro daquela sociedade orgulhosa de ser moderna e civilizada, mas ao mesmo tempo temerosa de tornar-se permissiva, sem virtude e desonrada. Preocupados em garantir o cumprimento dos "verdadeiros" destinos da mulher, o casamento e a maternidade, os escritos tratavam de admoestar as moças casadoiras contra os perigos da vaidade excessiva e das intimidades com os rapazes.

Em versos, prosas e “tratados”, as moças eram persuadidas a controlar os próprios desejos sexuais, pois, embora nunca referida diretamente, a virgindade era o centro das preocupações de médicos, pais e educadores. Sob o manto semântico de denominações como "pureza" e mesmo "virtude", a virgindade de uma moça era o seu principal passaporte para um “futuro de glórias e alegrias” ao lado de um marido honrado e de filhos saudáveis.

Não deixa de ser intrigante pensar que uma sociedade, cujos homens foram secularmente acostumados a desposar viúvas com naturalidade, valorizasse tanto a virgindade. Mas isso seria tema para um outro ensaio. Por ora, nos contentamos em tentar compreendê-la, indagando: de que maneira os conceitos de virtude e virgindade foram afetados pelos hábitos e costumes da modernidade e o que ambos passaram a representar nas estratégias matrimoniais e políticas da segunda metade do oitocentos? Arriscamos afirmar que um processo de relativo afrouxamento do controle masculino sobre as mulheres, especialmente nas oportunas aparições públicas das jovens casadoiras do núcleo ao qual pertenciam, acabou por conferir à virgindade um valor até então inusitado. A virtude de tempos coloniais, sinônimo do mais absoluto recato, vai perdendo espaço no jogo das alianças políticas e nupciais, dando lugar a uma nova concepção de virtude, conforme as então experimentais estratégias matrimoniais que, abertas pela transformação da intimidade,

tornaram-se vulneráveis à influência dos sentimentos e das escolhas pessoais. A manutenção da virtude e da virgindade, antes garantida pela estrita vigilância familiar e até pelo enclausuramento, passa a ser também uma questão de confiança, confiança na capacidade da própria mulher saber conduzir-se publicamente.

O valor exato da virtude feminina – a qual, aliás, a virgindade esteve historicamente associada, inclusive do ponto de vista legal – seria medido pela capacidade de auto controle dos baixos instintos da mulher sobre si mesma. O comportamento feminino em público demonstrava o quanto uma mulher era educada e, portanto, preparada para participar do projeto de construção da nação – no papel de esposa e mãe –, mas também deveria demonstrar o quanto era honesta e virtuosa, adestrada contra a sua própria natureza fútil e traiçoeira, conforme ainda informavam as concepções orientais herdadas de tempos coloniais<sup>4</sup>.

Os bailes, particularmente por promoverem uma maior intimidade entre moças e rapazes, foram, ao lado da moda, um dos alvos privilegiados das controvérsias entre os indivíduos das ciências e das letras da Bahia imperial. Estes, embora almejassem ser identificados como modernos e civilizados, viram-se divididos quanto aos novos costumes. Naquele contexto, enquanto alguns aceitavam os bailes como diversões civilizadas, outros consideravam aquelas festas um perigo contra a "inocência" feminina, verdadeiras incubadoras de futuras adúlteras, ameaçando a honra familiar masculina. Como se pode perceber, a "necessária" presença da mulher nos espaços públicos e privados de lazer não se dera sem contrariedades... tampouco sem polêmicas, que em muito ultrapassariam os limites do conturbado, longo e fascinante século XIX.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ívia. A escritora baiana e a abolição. In: FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. *Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no nordeste*. Recife: Ed. Universitaria da UFPE, 1999.
- ALVES, Lizir Arcanjo. *Mulheres escritoras na Bahia: as poetisas – 1822-1918*. Salvador: Étera Projetos Editoriais, 1999.
- ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de Assis. *Baianos do honrado Império do Brasil: honra, virtude e poder no recôncavo (1808-1889)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- BARROS, Luísa Margarida Portugal de. *Cartas a suas majestades. 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp/ Cecult, 2000.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Territórios da modernidade e da juventude na Bahia do século XIX. (mimeo)
- GIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1822)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia. Século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1959.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.). *Honra e vergonha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Progresso, 1946.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções. Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

---

<sup>4</sup> Muitos viajantes estrangeiros comentariam sobre influência dos costumes mouros no Brasil colonial e imperial, atribuindo a essa influência desde o hábito de as mulheres saírem cobertas dos pés à cabeça até as concepções masculinas de que a mulher seria um ser inclinado para o cultivo de baixos instintos, contra os quais sua fraca natureza não teria forças para lutar. Malerba, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 82. [Sem grifos no original].

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA;Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

RODRIGUES, Amélia. Fausta. Drama em 4 atos. In: ALVES, Ívia (org. e Apresentação). *Itinerários percorridos*. Salvador: NICSA/Bureau, 1998.

RODRIGUES, Amélia. *Itinerários percorridos*. Organização e apresentação de ALVES, Ívia. Salvador: NICSA/Bureau, 1998.

VERARDI, Luís. *Novo manual do bom-tom*. 6 ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

Artigo recebido 18/07/2007

Artigo Aceito 05/11/2007